

# O problema do suicídio em Émile Durkheim

## The problem of suicide in Émile Durkheim

Sidnei Ferreira de Vares<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo discute o fenômeno do suicídio à luz da teoria elaborada por Émile Durkheim. Visa-se, pois, analisar as principais contribuições do sociólogo francês para os estudos acerca desse tema, considerando, é claro, os limites temporais de sua produção. Nesse sentido, não se tem qualquer pretensão de lançar novas luzes sobre as interpretações consagradas, mas tão somente apresentá-las com o intuito de contribuir para o maior aprofundamento das ideias durkheimianas.

**Palavras-chave:** Suicídio. Anomia. Patologia. Sociedade. Individualismo.

### ABSTRACT

This paper discusses the phenomenon of suicide in the light of the theory elaborated by Emile Durkheim. It is therefore intended to analyze the main contributions of the French sociologist to studies on this subject, considering, of course, the temporal limits of his production. In this sense, there is no pretension to shed new light on consecrated interpretations, but only to present them with the intention of contributing to the deepening of Durkheim's ideas.

**Keywords:** Suicide. Anomie. Pathology. Society. Individualism.

## 1. INTRODUÇÃO

O século XIX foi, indubitavelmente, marcado por profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Para além da urbanização e da industrialização crescentes; para além da erosão da sociedade nobiliárquica, ainda resistente à época; para além da consolidação do modo de produção capitalista, que substituiu, não sem metamorfosear, o conjunto de práticas econômicas mercantilistas; para além da exploração do proletariado e das mazelas sociais – criminalidade, alcoolismo, prostituição, miséria – decorrentes desse processo, é possível avistar um fato digno de menção: o interesse seminal de alguns pensadores sobre o tema do suicídio, visto como um problema específico, cujo estudo permitiria uma análise simultânea de problemas morais gerais (GIDDENS, 2005). Podemos elencar alguns desses precursores:

---

<sup>1</sup>Doutor e mestre em Educação pela USP. Professor dos cursos de História e Filosofia do UNIFAI.

Adolphe Quételet (1796-1874)<sup>2</sup>, André-Michel Guerry (1802-1866)<sup>3</sup>, Enrico Agostino Morselli (1852-1929)<sup>4</sup> e o próprio Karl Marx (1818-1883)<sup>5</sup> dedicaram-se ao assunto, que, em larga medida, constituía naquela época – infelizmente como ainda hoje – um tabu. Afinal, o fato de alguém tirar a própria vida, seja lá por qual motivo, não configura um assunto de interesse público. Geralmente, evita-se falar a respeito, a começar pela própria família do morto. Assim, à medida que o número total de suicídios, em diversas sociedades europeias do século XIX, não contava com uma documentação adequada, tendia-se a ver este fenômeno sempre como uma exceção, um ponto fora da curva, um acidente de percurso. Ou, pior, um ato de desespero, consumado por uma tendência biológica (hereditariedade) ou por uma debilidade psíquica (psicopatologia).

De fato, grande parte da sociedade europeia desse período, para não dizer sua totalidade, nutria apenas uma tímida preocupação sobre o tema. Disso decorre a fragilidade das estatísticas disponíveis, que geralmente não levam em consideração aspectos relevantes, como, por exemplo, as tentativas de suicídios. Mas, talvez, esse tabu tenha uma explicação mais profunda: em geral, tanto no passado quanto no presente, as pessoas evitam encarar o tema da morte, sobretudo quando esta resulta de uma ação empreendida pela própria vítima. Sob esse ponto de vista, a recusa em encarar o suicídio de frente configura uma espécie de ojeriza ao fato de que a morte partiu de uma escolha, de uma decisão pessoal, quando a maioria dos indivíduos deseja, ainda que inconscientemente, preservar a própria vida até onde for possível. No caso do suicídio, portanto, emerge uma questão não menos importante: em que medida a decisão de um indivíduo atentar contra a própria vida constitui uma escolha eminentemente particular? Em outros termos, há ou não, nessa situação, a influência do meio do qual o indivíduo é parte integrante? Esse segundo ponto expande a discussão sobre o assunto, visto suscitar uma questão em parte negligenciada pelos autores supracitados.

---

<sup>2</sup> Autor belga, de formação bastante ampla, que se dedicou a estudar estatisticamente fenômenos sociais importantes, entre eles o da saúde pública. Seus trabalhos estatísticos serviram de base para que alguns autores posteriores pudessem se dedicar ao estudo do suicídio.

<sup>3</sup> Matemático e estatístico francês que, ao lado de Quételet, desenvolveu uma espécie de “estatística moral”, dedicando-se a interpretar, a partir de dados estatísticos, fenômenos como o crime e o suicídio, sendo, pois, o primeiro a criar um mapa coroplético com vistas a representar os níveis de criminalidade na França.

<sup>4</sup> Médico italiano e professor da Universidade de Turim que, em 1881, publicou um livro emblemático sobre o tema do suicídio, intitulado “Suicídio: um ensaio sobre estatísticas comparativas em moral”, que também foi determinante para o avanço dos estudos nessa área.

<sup>5</sup> Filósofo alemão, de origem judia, que, entre tantos outros escritos, dedicou um livro ao tema do suicídio, intitulado “Sobre o suicídio”, publicado em 1846, e que teve por base uma tradução comentada de algumas passagens da obra “Do suicídio e suas causas”, escrita por Jacques Peuchet, diretor dos Arquivos da Polícia de Paris durante o período da Restauração. Nesse livro, Marx procura abordar alguns casos de suicídio relatados por Peuchet tecendo relações entre a vida privada dos suicidas e a estrutura social capitalista.

É essa, sem dúvida, a principal preocupação de Émile Durkheim, sociólogo francês que viveu entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX (1858-1917), e que pode ser alocado entre os desbravadores desse espinhoso tema. O interesse precípua de Durkheim, portanto, é investigar o fenômeno do suicídio sob uma perspectiva sociológica, partindo da hipótese de que a sociedade determina a triste decisão da pessoa de dar fim a sua existência. Com efeito, o olhar sociológico de Durkheim se direciona não para a ação isolada deste ou daquele indivíduo, mas para a média de suicídios no interior de uma sociedade determinada. Talvez, por isso, seu livro **O Suicídio** (1897/1973) tenha alcançado rapidamente enorme reconhecimento entre os estudiosos da área, projetando-se como um estudo referencial para as Ciências Humanas, em geral, e para a Sociologia, em particular.

Mas se a principal motivação de Durkheim é comprovar que um fenômeno específico como o suicídio – considerado *prima facie* um fenômeno individual – comporta elementos e influências coletivas, depreende-se disso um segundo motivo não menos imperioso: aplicar os métodos enunciados em sua obra imediatamente anterior, **As Regras do Método Sociológico** (1895/2007) – cujas hipóteses principais já haviam sido expostas em sua tese doutoral, **Da Divisão do Trabalho Social** (1893/2010) – com vistas a analisar a flutuação e/ou regularidade do número de suicídios e, simultaneamente, os problemas morais mais gerais da sociedade moderna (suas patologias). Para tanto, a partir dos dados estatísticos acessíveis à época, o sociólogo francês combina o número total de mortes voluntárias com o número total da população (independentemente do sexo e da faixa etária), extraíndo, pois, uma “taxa de mortalidade-suicídio” – espécie de média global própria à sociedade considerada – que expressaria em termos numéricos a “aptidão” de uma sociedade para o suicídio. É essa distinção entre a motivação dos casos isolados de suicídio (fenômeno individual) e as taxas de suicídio (fenômeno social), o que faz dessa obra uma das mais importantes daquele período.

No intuito de apresentar mais detalhadamente a visão durkheimiana acerca desse tema, dividimos o presente estudo em quatro partes. A primeira delas tem por objetivo explorar, por um lado, a definição de suicídio apresentada pelo autor, e por outro sua análise acerca dos fatores não sociais que, supostamente, explicariam o referido fenômeno. Já a segunda parte visa apresentar a tipologia do suicídio por ele estipulada. A terceira parte, por seu turno, dirige-se aos resultados obtidos por Durkheim, isto é, à sua teoria propriamente dita, da qual decorrem algumas soluções com vistas a diminuir as altas taxas de suicídios verificadas. Por último, a quarta parte contém uma análise sobre a atualidade e os limites desta obra no interior das ciências sociais.

## 2. A DEFINIÇÃO DE SUICÍDIO E A ANÁLISE DOS FATORES “EXTRASSOCIAIS”

Durkheim era ainda um jovem professor em início de carreira – indicado alguns anos antes para uma vaga na Universidade de Bordeaux – quando publicou **O Suicídio**.<sup>6</sup> A repercussão desta obra nos meios intelectuais e acadêmicos foi quase imediata, sobretudo porque ela parecia validar as teses compreendidas em dois de seus trabalhos anteriores: **Da Divisão do Trabalho Social** e **As Regras do Método Sociológico**. O interesse pelo tema do suicídio, todavia, começou alguns anos antes. Em 1888, asseverou o autor em um artigo publicado pela **Revue Philosophique**: “Podemos afirmar que um aumento contínuo do número de suicídios constitui sempre um indício de uma subversão importante nas condições orgânicas da sociedade” (DURKHEIM, 1888, p. 447, minha tradução).<sup>7</sup>

Para muitos de seus intérpretes (TIMASHEFF, 1979; ARON, 2003; GIDDENS, 2005; STEINER, 2016), o principal objetivo de **O Suicídio** é identificar a natureza da lacuna moral manifesta nas sociedades contemporâneas. Porém, o caminho percorrido por Durkheim nesse estudo, longe de seguir os pontos defendidos por alguns autores que, no mesmo período, centravam suas análises em algum tipo de explicação psicopatológica, biológica, genética, climática, geográfica ou genética, toma uma direção inversa. Isso porque Durkheim encara a soma total dos atos de autodestruição não a partir das motivações pessoais, mas das motivações sociais. Sua unidade de análise, portanto, é a sociedade e não o indivíduo.

Destarte, na visão desses intérpretes, o estudo de Durkheim sobre o suicídio está estreitamente ligado ao estudo da divisão do trabalho. De modo geral, em **Da Divisão do Trabalho Social**, o autor se mostra bastante receptivo ao fenômeno da divisão orgânica do trabalho, que considera um desenvolvimento normal das sociedades humanas. Considera uma coisa normal<sup>8</sup>, por exemplo, a diferenciação dos indivíduos e das profissões, bem como o domínio crescente da razão e a conseqüente regressão da autoridade da tradição. Contudo, observa que, em decorrência desse processo, novos problemas substituíram velhos problemas e, por isso, o homem moderno não se sente necessariamente mais confortável do que seus antepassados. De passagem, também registra o aumento do número de suicídios nas

---

<sup>6</sup> Durkheim ingressa em Bordeaux em 1887, substituindo Victor Espinas. Sua contratação teve grande influência de Louis Liard, então diretor de Ensino Superior, cujo senso reformista misturava-se às tendências republicanas da época, e de um antigo professor, Charles Renouvier, que conhecia bem suas qualidades intelectuais (LUKES, 1984, p. 94-95).

<sup>7</sup> O referido artigo foi digitalizado e está disponível em versão eletrônica. Conferir referências bibliográficas.

<sup>8</sup> Há, em Durkheim, uma importante diferenciação entre o “normal” e o “patológico”. Durkheim considera “normais” os fenômenos difusos e regulares e, por suposto, “patológicos” os fenômenos excepcionais que abruptamente irrompem dentro de uma sociedade.

sociedades modernas, expressão e prova de certos traços, talvez patológicos, da organização atual da vida coletiva.

Não por acaso, na última parte de sua tese doutoral, Durkheim inclui uma análise dessas características patológicas onde, pela primeira vez, fala em “anomia”, ou seja, na ausência ou desintegração das normas sociais, conceito que terá um papel fundamental tanto para o seu estudo sobre o suicídio quanto para o desenvolvimento da Sociologia.<sup>9</sup> É aqui que o autor passa em revista certos fenômenos inerentes às sociedades altamente diferenciadas, tais como as crises econômicas, a inadaptação dos trabalhadores a suas ocupações e a truculência das reivindicações dos indivíduos em relação à coletividade, fenômenos considerados por ele como patológicos.<sup>10</sup> Dito de outro modo, à medida que as sociedades modernas se fundamentam na diferenciação, o que implica a diversificação das representações coletivas, a autonomia do indivíduo em relação aos imperativos coletivos tende a aumentar na mesma proporção da diminuição do alcance dos valores e crenças comuns (consciência coletiva) – tão fortes nas sociedades tradicionais, nas quais vigoram a “solidariedade mecânica” –, ameaçando, pois, a vida coletiva de desintegração. Assim sendo, um estudo detalhado do suicídio poderia revelar os traços patológicos da relação entre o indivíduo e a coletividade. É com esse intuito, portanto, que Durkheim se lança à tarefa de compreender o fenômeno do suicídio. Com efeito, sua pesquisa configura um esforço no sentido de captar as fragilidades do processo de socialização, tanto em relação à integração quanto à regulação social (STEINER, 2016).

**O Suicídio** divide-se em três partes (ou três livros). A primeira parte dedica-se ao estudo dos fatores extrassociais que, supostamente, explicam o suicídio. Nela, o autor discute o tema sob diferentes ângulos, enfatizando as explicações por fatores psicopáticos, hereditários, climáticos e de imitação, dedicando, para isso, quatro capítulos. São estes, respectivamente: “O suicídio e os estados psicopáticos”, “O suicídio e os estados psicológicos normais. A raça. A hereditariedade”, “O suicídio e os fatores cósmicos” e “A imitação”. A

---

<sup>9</sup> Para alguns sociólogos contemporâneos, a exemplo de Robert Merton e Ralf Dahrendorf, o conceito de anomia, pioneiramente apresentado por Durkheim, teve grande importância para o desenvolvimento ulterior da sociologia no século XX (CARDIN, 2004, p. XXIX).

<sup>10</sup> O conceito de anomia, tal como empregado em *Da Divisão do Trabalho Social*, refere-se à falta de uma contiguidade mínima entre os diferentes órgãos sociais, da qual resulta a divisão do trabalho mais complexa. Destarte, à medida que esses órgãos não estão em contato suficientemente prolongado, as relações sociais necessárias ao bom funcionamento das sociedades diferenciadas, capazes de produzir solidariedade, ficam comprometidas. Já em *O Suicídio*, como veremos, o conceito de anomia é empregado para se referir à incapacidade das regras morais em conter as paixões originadas no processo social de individuação, o que configuraria um estado social patológico (STEINER, 2016, p. 93). Voltaremos a esse tema, mais detalhadamente, na segunda seção.

segunda parte, sem dúvida a mais conhecida e mais importante, constitui um estudo das causas e tipos sociais, do qual resulta uma tipologia do suicídio. Ela é a maior parte do livro, contendo ao todo seis capítulos: “Método para determiná-los”, “Suicídio egoísta”, “Suicídio egoísta (continuação)”, “Suicídio Altruísta”, “Suicídio anômico” e “Formas individuais dos diferentes tipos de suicídio”. Enfim, terceira e última parte configura um estudo sobre o suicídio, aqui tomado como fenômeno social em geral, no qual o autor procura analisar o tema à vista de outros fenômenos sociais, além de oferecer as soluções para os diferentes tipos de suicídio. Ela é composta de apenas três capítulos, a saber: “O elemento social do suicídio”, “Relações do suicídio com outros fenômenos sociais” e “Consequências práticas”. Essas partes são precedidas por uma longa “Introdução”, na qual Durkheim situa o leitor sobre a necessidade de se estipular objetivamente o fenômeno do suicídio, tornando-o objeto de pesquisa sociológica, além de oferecer uma definição sobre a “taxa social de suicídio”, seguida de um curto “Prefácio”, em que discute as dificuldades e os avanços da Sociologia enquanto ciência, bem como o papel próprio do sociólogo que, em vez de contentar-se com meditações metafísicas de coisas sociais, deve tomar como objeto de suas pesquisas grupos de fatos claramente circunscritos.

Logo na introdução da referida obra, o sociólogo francês procura definir a ordem de fenômenos que lhe interessam por sua homogeneidade: “Chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente, de um ato positivo ou negativo, executado pela própria vítima e que ela sabia que deveria produzir esse resultado” (DURKHEIM, 1973, p. 11). Ato positivo: disparar um tiro de revólver contra a própria têmpora. Ato negativo: não abandonar uma casa em chamas ou recusar a alimentação até a morte. A expressão “direta ou indiretamente” nos leva a uma distinção comparável à distinção anterior, visto que um tiro de revólver acarreta a morte direta do indivíduo, enquanto não abandonar uma casa em chamas ou recusar a alimentação pode provocar no médio ou no longo prazo o resultado almejado, isto é, a morte. De acordo com essa definição, o conceito de suicídio abarca não só os casos reconhecidos por todos, mas também, por exemplo, o ato do samurai que se mata por se considerar desonrado, o do capitão que se recusa a abandonar um navio afundando ou da mulher indiana que se deixa queimar com o corpo de seu marido falecido. Em outras palavras, é preciso considerar como suicídio os casos de morte voluntária envoltos de heroísmo e glória os quais, à primeira vista, não são englobados entre os suicídios ditos comuns, como no caso de amantes desesperados, de banqueiros arruinados ou de criminosos apossados.

Durkheim define, pois, o objeto de sua pesquisa: a renúncia da própria vida, assumida pelo sujeito que empreende, assim, um ato voluntário visando autodestruir-se, e que decorre não de especificidades individuais, mas da conjuntura social de uma dada época. Sobre esse ponto em especial, esclarece o autor: “Cada sociedade tem, a cada momento de sua história, uma aptidão definida perante o suicídio” (DURKHEIM, 1973, p.16). Para analisar esse fenômeno, dedica-se a medir a intensidade relativa dessa aptidão confrontando as taxas de mortalidade-suicídio, visto considerar que estas expressam determinada tendência de permanência ou variabilidade, como um fato único. Para tanto, parte do exame das estatísticas disponíveis em diferentes países e diferentes épocas, objetivando, assim, explicar as taxas de suicídio em suas causas sociais, visto que “cada sociedade está predisposta a fornecer um contingente determinado de mortes voluntárias” e, desta feita, “essa predisposição pode, pois, ser objeto de um estudo especial e que pertence à sociologia” (DURKHEIM, 1973, p. 21).

Por conta disso, Durkheim dedica toda a primeira parte de **O Suicídio** a descartar as mortes voluntárias originadas de “fatores extrassociais”. Esforça-se por estabelecer uma distinção analítica bem precisa entre a explicação da distribuição das taxas de suicídio e a motivação dos casos individuais de suicídio. Aproveitando o fato de os estatísticos do século XIX terem demonstrado que as taxas de suicídio em várias sociedades apresentavam uma distribuição mais ou menos estável de ano para ano, motivadas por fatores geográficos, biológicos ou sociais, Durkheim analisa pormenorizadamente os dois primeiros tipos de fenômenos, concluindo que nem um nem outro podem ser considerados explicações possíveis da distribuição das taxas de suicídio. Esta conclusão, por seu turno, resulta do cruzamento de uma série de fatores, tais como os “fatores de ordem psicopatológica” (monomanias, melancolia, obsessões, loucura e alcoolismo), os “fatores cósmicos”, como o clima e a temperatura das estações do ano, e os “estados psicológicos normais”, como raça e hereditariedade, a partir da comparação das taxas de suicídio de diferentes países europeus. Registre-se ainda a inserção de outros fatores que poderiam explicar o suicídio, tais como a imitação, responsável por determinar repetições de um mesmo pensamento em alguns círculos restritos. Aproveita a oportunidade para acertar as contas com Gabriel Tarde (1843-1904)<sup>11</sup>, com quem estava em desacordo em quase tudo, e que considerava a imitação o fenômeno-chave da ordem social. A este respeito, Durkheim recusa a noção de imitação que, em sua

---

<sup>11</sup> Filósofo, sociólogo, psicólogo e criminologista francês, que dirigiu, após o ano de 1894, a secção de estatística criminal do Ministério da Justiça, em Paris. Tarde tornou-se conhecido por desenvolver uma teoria da imitação, exposta em seu livro “As Leis da Imitação”, em que defendia que a imitação constituía a base para a repetição de opiniões e comportamentos em uma sociedade.

visão, tende a confundir três fenômenos absolutamente distintos. O primeiro deles diz respeito a um mesmo sentimento reproduzido por um grande número de pessoas. Sobre isto, Durkheim argumenta que esse tipo de fenômeno não se deve à influência de um ou mais indivíduos sobre outros, mas à própria força exercida pelos sentimentos comuns, ou seja, à coletividade. O segundo refere-se à adaptação do indivíduo ao que o grupo social faz, sem que isso represente a dissolução de sua identidade. Sobre isso, Durkheim afirma que a sujeição do indivíduo ao grupo não constitui propriamente imitação, mas apenas sujeição a uma regra coletiva. Finalmente, Durkheim defende que só merece ser chamado de imitação o ato que tem como antecedente imediato um ato semelhante, realizado por outrem, sem que entre a representação e a execução se intercale qualquer operação intelectual explícita ou implícita.

### **3. A SINGULARIDADE DO SUICÍDIO: CAUSAS SOCIAIS, MÉTODO DE ANÁLISE E TIPOLOGIA**

Depois de afastar as explicações extrassociais, Durkheim constata que, embora as taxas de suicídio variem de país para país – o número de mortes voluntárias na Dinamarca, por exemplo, é quatro vezes maior do que o número de mortes voluntárias na Inglaterra; esta, por sua vez, tem um número duas vezes maior do que da Itália –, essas flutuações se devem a outras causas que não psicopatológicas, geográficas ou imitativas, mas a causas sociais.

A segunda parte de sua pesquisa tem por escopo apresentar um método para determinar as causas sociais do suicídio e, a partir disso, classificar os vários tipos de suicídio com base no cruzamento de dados específicos, atinentes a fatores como religião, faixa etária, gênero, condição socioeconômica e situação conjugal. Contudo, tal procedimento – assentado na análise dos elementos integrativos e reguladores da vida social – mais do que trazer a lume uma explicação acerca do suicídio, culmina em uma “teoria da socialização” (STEINER, 2016).

Como é sabido, desde sua tese de doutoramento, o sociólogo francês identifica a situação anômica que acomete a sociedade moderna. Todavia, aqui, Durkheim toma a anomia como um período transitório, marcado pela ausência de normas regulamentares, decorrente das transformações sociais e econômicas excessivamente rápidas, uma vez que as antigas normas já não dispõem de vitalidade e novas normas ainda não tiveram tempo suficiente de efetivar. Em **O Suicídio**, entretanto, a anomia se converte fundamentalmente não em uma carência de normas, mas em um problema de limitação quanto às volições individuais

(LACROIX, 1984; GIROLA, 2005). Desse ponto de vista, a anomia relaciona-se com as noções de integração e de regulação.

Quanto a essas noções, é preciso estabelecer uma distinção. A noção de integração é a que Durkheim melhor desenvolveu no interior de sua teoria da socialização. Em **O Suicídio**, ele entende que uma sociedade fortemente integrada mantém os indivíduos sob sua dependência; porém, também atenta para o fato de que estes se beneficiam, em alguma medida, desse processo, pois numa sociedade coerente e vivaz há um intercâmbio contínuo de sentimentos e ideias de todos para cada um e de cada um para com todos, gerando uma mútua assistência moral, o que faz com que cada indivíduo, no lugar de estar reduzido às suas próprias forças, participe da energia coletiva e nela encontre o reconforto quando aquela esgotar-se. Disso depreende-se que a integração social é tanto mais forte à medida que a vida coletiva seja mais intensa num grupo determinado. Como afirma um de seus mais valorosos intérpretes:

[...] um grupo será considerado integrado quando seus membros: (1) possuam uma consciência comum e compartilhem os mesmo sentimentos, crenças e práticas (sociedade religiosa); (2) estão interagindo uns com os outros (sociedade doméstica) e (3) sentem-se dedicados a um fim comum (sociedade política) (BESNARD, 1987, p. 99, minha tradução).

Já em relação à regulação, as dificuldades de Durkheim são bem maiores, conquanto, com algum esforço, seja possível avistar sua posição sobre esta noção, à medida que, em **O Suicídio**, o autor salienta que a sociedade não é algo que apenas atrai para si, com uma intensidade desigual, os sentimentos e a ação dos indivíduos. Ela constitui também um poder que os regula e, desta feita, entre a ação reguladora e as taxas de suicídio existe uma correlação. Mas, a despeito destas dificuldades, podemos distinguir três pontos essenciais que remetem ao processo de regulação, a saber: (1) o “papel moderador” desempenhado pela sociedade, isto é, a autoridade moral que ela exerce sobre os indivíduos; (2) a moderação das paixões individuais que, ilimitadas, tendem a levar a sociedade ao caos; e, por fim (3), a justiça e a legitimidade da ordem social, emanadas um poder que se impõe pelo respeito ou pelo temor. Em suma, cabe à regulação social limitar os apetites infinitos dos indivíduos, permitindo, por conseguinte, a passagem das paixões individuais – socialmente determinadas, visto que a individuação resulta da solidariedade orgânica – ao mundo delimitado e hierarquizado das paixões sociais (STEINER, 2016, p. 77-78).

Feita esta distinção, é possível definir a abordagem durkheimiana da socialização, cruzando esses dois processos – o de integração e o de regulação – com os seus três níveis de

intervenção. Esses níveis são deduzidos da construção do objeto social, tal como Durkheim o elabora em **As Regras do Método Sociológico** e, num segundo momento, no artigo “Representações Individuais e Representações Coletivas” (1898/2004). No primeiro nível vêm os fatos da estrutura ou da morfologia social. No segundo nível, os fatos fisiológicos ou os “modos de fazer”. Finalmente, no terceiro nível, intervêm as representações dos agentes, cujas condutas dependem dos valores e normas. Contudo, embora distintos, os processos de integração e de regulação são complementares. Isso porque os fatos da morfologia social, pelos quais passam a integração, repousam não só sobre a divisão do trabalho, mas também sobre outros grupos sociais. Quanto àqueles que interessam à regulação social, eles dependem mais estreitamente da divisão do trabalho. Desse modo, na ótica durkheimiana, as interações sociais que lhes correspondem organizam-se em torno de uma hierarquia social, ligando-se, pois, com o segundo nível, à medida que a vida social tende a uniformizar as paixões dos indivíduos de um mesmo grupo. Porém, também nesse caso faz-se mister distinguir as paixões segundo o lugar ocupado pelos diferentes grupos de indivíduos nessa mesma hierarquia, visando encontrar seus limites. O argumento de Durkheim é de que o ser humano se diferencia do animal pelo fato de sua constituição física não determinar suas necessidades, que vão além das necessidades fisiológicas. Por suposto, é necessário uma instância capaz de limitar a amplitude dos desejos e, assim, as paixões individuais. Finalmente, esta última argumentação leva-o ao terceiro nível da análise, isto é, à busca de objetivos comuns aos diferentes membros do grupo, que se convertem em um meio importante para determinar as condutas por intermédio dos ideais aos quais estão vinculados. Ademais, para que a moderação diferencial das paixões hierarquizadas seja útil socialmente, é preciso que ela seja justa e legítima, pois, do contrário, não será aceita. Por isso, em **Da Divisão do Trabalho Social**, Durkheim insiste tanto na adequação entre a distribuição das funções sociais e a distribuição dos talentos naturais, o que tende a gerar uma igualdade de oportunidades entre os diversos competidores, pois isso diminuiria a coerção social. O acesso às diferentes funções sociais, com efeito, deve ser suficientemente aberto para ser considerado justo.

É a partir desse conjunto de reflexões que Durkheim concede o primado da análise sociológica à “sociedade”, definida, principalmente, como um agregado de interações estruturadas e que toma formas sociais precisas. A sociedade é também o lugar onde se criam os fins comuns e os princípios de justiça (os ideais), responsáveis por alimentar as representações que dominam os indivíduos. Mas disso, alerta o sociólogo francês, não se deve

inferir que o social constitui a negação do individual, pois é a sociedade, sobretudo aquela baseada na solidariedade orgânica, que produz o indivíduo (Cf. STEINER, 2016, p.79-82).

Posto isto, já temos condições de falar sobre o método durkheimiano empregado em **O Suicídio**. Trata-se, pois, do “holismo metodológico” que, em oposição ao “individualismo metodológico”, parte das características do conjunto social. Disso se depreende o esforço de Durkheim em demonstrar, a partir de correlações estatísticas, as causas sociais do suicídio. A ideia básica, tomada quase como um pressuposto, é de que a taxa de suicídio varia em função de algumas circunstâncias sociais. Ele está convencido de que o grau de integração e regulação de uma sociedade determina diferentes tipos de suicídio. Assim, deixando de lado os sujeitos particulares, seus motivos pessoais, seus valores e ideias, Durkheim analisa diferentes grupos sociais e, posteriormente, estipula uma tipologia do suicídio. Conforme enfatiza na seguinte passagem: “Para que haja tipos diferentes de suicídios é necessário que as causas de que dependem sejam elas próprias diferentes [...] por consequência, podemos definir os tipos de suicídio [...] classificando as causas que os determinam” (DURKHEIM, 1973, p. 149).

### **3.1 Integração e regulação: a tipologia do suicídio**

Após definir seu objeto de estudo e apresentar um método de análise, Durkheim procura demonstrar que o suicídio resulta do processo pelo qual a sociedade forma o indivíduo: o processo de socialização. Isso porque o ato do indivíduo pôr fim a sua própria vida mostra que o grupo a qual ele pertence não tem força nem presença suficientes para retê-lo desta fuga radical ou, ao contrário, está tão presente que ele não dispõe de força o bastante para livrar-se da “tirania do grupo”.

Como corolário, Durkheim avança uma segunda hipótese: a integração social e a regulação social – elementos constitutivos de sua teoria da socialização – são suscetíveis a duas deficiências opostas, o excesso e a falta. Assim, é a partir das gradações que atravessam o conjunto de interações sociais e definem as deficiências das formas de socialização, que Durkheim determina sua tipologia do suicídio. Ele define três tipos de suicídio principais: o suicídio egoísta, o suicídio altruísta e o suicídio anômico, incrementando, entretanto, um quarto tipo de caráter residual e de menor importância: o suicídio fatalista. A este respeito, o quadro abaixo talvez possa contribuir para uma melhor compreensão acerca de seu pensamento:

**Quadro 1: As deficiências do processo de socialização**

Formas do processo de socialização	Deficiências do processo de socialização	
	Excesso	Falta
Regulação social	Fatalismo	Anomia
Integração social	Altruísmo	Egoísmo

**Elaboração do autor.**

Como podemos notar, essa tipologia das deficiências do processo de socialização revela duas consequências da abordagem durkheimiana: (1) *pari passu* com o princípio de causalidade, Durkheim entende que cada uma das deficiências do processo de socialização corresponde a uma causa distinta, determinando um único e só tipo de suicídio; (2) se o suicídio resulta da fragilidade inerente ao processo de socialização, então é preciso procurar a explicação no funcionamento dos grupos sociais gerais ou dos grupos parciais. Vejamos, a seguir, como Durkheim define cada um desses tipos de suicídio supracitados.

(a) *O suicídio egoísta*

Durkheim denomina de egoísta aquele tipo de suicídio resultante de uma integração social muito frágil. Isso porque a sociedade não pode se desintegrar sem que, na mesma medida, o indivíduo seja desengajado da vida social e, por conseguinte, que seus próprios fins se tornem preponderantes sobre os fins comuns. Destarte, quanto mais enfraquecido for o grupo a que pertence, menos o indivíduo depende dele e mais passa a depender de si próprio, por não reconhecer outras regras de conduta que não as suas. Para evitar qualquer confusão, Durkheim faz uma clara distinção entre egoísmo e individualismo. O egoísmo, aqui, é tomado como uma individuação repentina e desmensurada. Já o individualismo refere-se a um processo normal, decorrente do próprio desenvolvimento social e necessário ao bom funcionamento das sociedades modernas. A causa do egoísmo, portanto, só pode ser uma: a falta de integração. Nesse caso, o indivíduo que tira sua própria vida o faz exatamente por não ver-se vinculado às instituições ou aos grupos que permeiam a vida social.

Para provar sua definição, Durkheim examina uma série dados atinentes às taxas de suicídio de diferentes épocas e lugares, testando tanto os meios sociais particulares

(comunidade religiosa, família, agrupamento profissional) quanto os meios sociais gerais (a sociedade política em seu conjunto).

A partir do cruzamento dos dados referentes à confissão religiosa de diversos países, Durkheim chega ao seguinte resultado: em toda parte, os judeus mostram uma propensão menor ao suicídio do que os católicos e bem menor quando comparados aos protestantes. Estes últimos, com efeito, mostram-se mais propensos ao suicídio, inclusive em relação aos católicos. Embora entre estas duas confissões a condenação ao suicídio seja característica, os católicos dispõem de uma integração em relação ao grupo maior que os protestantes, cuja noção de livre-arbítrio concede ao indivíduo maior liberdade de pensamento e ação, da qual resulta uma espécie de “individualismo religioso” tanto no plano da crença quanto no plano da hierarquia institucional. Assim, Durkheim conclui que a religião, mais por suas crenças e práticas comuns do que por razões doutrinárias ou pelo conteúdo professado, forma um feixe de relações capaz de proteger o indivíduo do suicídio, já que seus fiéis se sentem integrados ao seu grupo social.

Essa mesma lógica estende-se à família, assunto que sempre despertou em Durkheim grande interesse (LUKES, 1984). Sobre a relação entre a família e as taxas de suicídio, quatro regularidades sobressaem: (1) para cada classe de idade, os indivíduos casados beneficiam-se de um “coeficiente de preservação” em relação aos celibatários; (2) contudo, há uma particularidade no caso específico dos homens casados com menos de vinte cuja taxa de suicídio é maior àquela dos celibatários de mesma faixa etária; (3) o casamento, em geral, protege mais os homens do que as mulheres; (4) os viúvos se suicidam mais do que os casados e menos do que os celibatários; (5) a existência de filhos no casamento tende a diminuir os riscos do suicídio. Essas variações levam Durkheim a concluir que o indivíduo, deixado a si mesmo, é incapaz de se satisfazer. O casamento, sobretudo com filhos, funciona como uma espécie de força exterior de ordem moral, responsável por moderar os apetites individuais, diminuindo a disparidade entre desejos e satisfação.

Já ao analisar as taxas de suicídio em relação à sociedade política mais ampla, o sociólogo afirma que em períodos de grande efervescência social e política, como durante uma guerra ou uma revolução, a integração entre os indivíduos tende a aumentar diante do perigo comum. Essa integração momentânea tem por efeito reduzir o número de mortes voluntárias.

Finalmente, postula o mestre francês: “o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte, da sociedade religiosa, doméstica e política” (DURKHEIM, 1973, p.233).

(b) *O suicídio altruísta*

O suicídio altruísta resulta de uma forte integração social, isto é, de uma identificação absoluta do indivíduo com a coletividade a ponto de seu ego não mais lhe pertencer ou se confundir com outra coisa que não ele próprio. Nesse caso específico, o pólo de sua conduta passa a se situar fora de si mesmo, num dos grupos ao qual pertence. Para exemplificar, Durkheim observa que, em muitas sociedades tradicionais, como no caso da índiana, algumas viúvas aceitam queimar junto ao corpo de seus maridos mortos. O mesmo se dá com o comandante do navio que, diante da perda eminente de sua nave, decide afundar com a mesma ou do samurai que, desonrado, atenta contra a própria vida. Em todos esses casos, o suicida sufoca seu instinto de preservação e age por meio de imperativos sociais interiorizados, sacrificando-se em nome do que considera um bem maior. Conquanto esse tipo de suicídio seja mais comum nas sociedades pré-modernas ou tradicionais, nas quais o individualismo ainda é pouco desenvolvido e a consciência coletiva preponderante, Durkheim faz questão de destacar que as antigas formas de vínculo social não desapareceram completamente. Assim, até mesmo nas sociedades modernas ou complexas é possível avistar grupos em que os laços coletivos são fortemente definidos. Exemplo disso são as corporações militares ou grupos religiosos. Geralmente, esses grupos dispõem de uma estrutura hierárquica baseada na autoridade (laica ou religiosa), na disciplina e na obediência, o que reduz muito a experiência da individualidade entre seus membros e, por conseguinte, concorre para aumentar significativamente os riscos de suicídio.

c) *O suicídio anômico*

O suicídio anômico tem sua causa imediata na fraca regulação exercida pela sociedade. O termo anomia significa “ausência de normas” e tal situação, comumente, resulta do enfraquecimento dos laços reguladores. Geralmente se dá em fases de crises, responsáveis por desencadear processos dolorosos de renúncia à vida. Trata-se, pois, de um tipo de suicídio muito comum nas sociedades modernas, que se revela na correlação estatística entre a

frequência com que ele ocorre e as fases do ciclo econômico. Destarte, como parecem demonstrar os dados, há uma tendência ao aumento da frequência de suicídios nos períodos de crise econômica, mas também, por mais contraditório que isso possa parecer, nos períodos de grande prosperidade. Em ambas as situações, a sociedade vê-se momentaneamente incapaz de limitar os desejos individuais, o que pode resultar num desregramento moral.

É necessário que uma força regularizadora desempenhe em relação às necessidades morais o mesmo papel que desempenha o organismo em relação às necessidades físicas. [...] Os homens não são capazes de impor a si próprios essa lei de justiça. Tem de ser portanto uma autoridade que respeitam e diante da qual se curvem [...] Só a sociedade pode desempenhar este papel moderador (DURKHEIM, 1973, p. 286).

Seja em momentos de prosperidade ou de recessão repentinas, a ruptura do equilíbrio entre os indivíduos beneficiados por uma mobilidade ascendente, por um lado, e a ausência de uma força moral delineada, por outro, podem levá-los a uma confusão acerca dos meios mais adequados à satisfação de seus desejos. Posto isto, Durkheim depreende toda uma argumentação acerca do coeficiente de preservação exercido pela pobreza. Alega que os habitantes dos países mais pobres estão acostumados a renunciar aos bens materiais, visto não alimentarem grandes expectativas financeiras. Já nos países onde a possibilidade de fazer riqueza aumenta, são frequentes as frustrações entre as pessoas mais ricas.

Porém, o suicídio anômico não é só aquele que aumenta com as crises econômicas; é também aquele cuja frequência cresce paralelamente ao número de divórcios. Durkheim se lança num estudo complexo e minucioso sobre a influência do divórcio na frequência dos suicídios entre homens e mulheres. Cruzando dados estatísticos de diversos países (com ou sem o divórcio oficializado), Durkheim percebe que o homem divorciado está mais “ameaçado” do que a mulher. Embora o homem encontre no casamento equilíbrio e disciplina, pode ainda desfrutar, graças à tolerância dos costumes, de certa liberdade; ao passo que a mulher vai achar no casamento mais disciplina do que liberdade. Divorciados, ambos experimentam duas situações completamente distintas. O homem volta à indisciplina, à disparidade entre desejo e satisfação, enquanto a mulher se beneficia de uma liberdade adicional que compensa em parte a perda da proteção familiar.

d) *O suicídio fatalista*

Este último tipo de suicídio, de caráter residual e apenas superficialmente abordado por Durkheim (ele é citado apenas em uma nota de rodapé), tem como causa a regulação excessiva sobre os desejos individuais, fazendo com que haja um desinteresse pela vida social. A inflexibilidade das normas morais pode, em algumas situações, produzir um grande desconforto, a ponto de o indivíduo perder a motivação de viver. À medida que o individualismo é um traço constitutivo das sociedades modernas, esse tipo de suicídio, explica Durkheim, tem hoje pouca importância.

Após apresentar sua tipologia, Durkheim procura demonstrar que cada um desses tipos de suicídio corresponde aproximadamente a tipos de ordem psicológica ou de ordem morfológica. Assim, o suicídio anômico ocorre pela decepção produzida pelo estilo de vida moderna; o suicídio egoísta se manifesta por um estado de apatia e pela ausência de vinculação à vida social; o suicídio altruísta, pela energia e pela paixão; e enfim, o suicídio fatalista, pelo sufocamento produzido pela tensão entre desejos e os valores sociais internalizados (STEINER, 2016).

Uma vez traduzidos os tipos sociais em termos psicológicos, Durkheim, afinal, expõe os resultados gerais e específicos do seu estudo. Sua teoria geral pode ser assim resumida: os suicídios, embora sejam fenômenos individuais, possuem causas que são eminentemente sociais. Há “correntes suicidógenas” – originadas não no indivíduo, mas na coletividade – que atravessam a vida social e que determinam a regularidade e variabilidade das taxas. Conquanto admita que essas correntes não atinjam indiscriminadamente qualquer indivíduo, elas atuam como forças que, emanadas do grupo, criam condições para que este leve a cabo suas inclinações pessoais. Em suma, essas forças variam de sociedade para sociedade, podendo decorrer tanto de fatores de processos sociais mais gerais, quanto de fatores mais específicos como a religião, a situação conjugal ou a condição socioeconômica da vítima.

Quanto aos resultados mais específicos, podemos destacar os seguintes pontos: os homens se matam mais do que as mulheres; os homens mais velhos se matam mais do que os jovens; os homens solteiros se matam mais do que os casados; os homens casados sem filhos se matam mais do que os homens casados com filhos; os habitantes das grandes metrópoles se matam mais do que os habitantes das províncias; os ricos se matam mais do que os pobres; e os protestantes se matam mais do que os católicos e muito mais do que os judeus. É bem verdade que, no tocante às mulheres, a teoria da socialização proposta por Durkheim sofre um

reverso, pois a taxa de suicídios entre as mulheres casadas tende a ser maior do que entre as solteiras. A explicação oferecida pelo autor é a de que as mulheres casadas, devido às inúmeras tarefas impostas pela vida matrimonial, dispõem de pouca liberdade, tornando-se mais propícias ao suicídio. Numa eventual separação, entretanto, estas são contempladas por uma liberdade adicional que, mesmo diminuta, permite-lhes gozar a vida sem grandes problemas, ao passo que os homens em situação análoga passam a desfrutar de uma margem de liberdade muito maior e, por isso, tendem a perder a referência familiar, tornando-se, portanto, mais suscetíveis aos riscos da morte voluntária. Outro ponto problemático da argumentação durkheimiana é que, ao defender que certo número de suicídios em uma sociedade é “normal”, e até mesmo “necessário”, Durkheim parece contradizer a tese segundo a qual a intensidade dos vínculos societários é responsável pela variação dos tipos de suicídio (STEINER, 2016). Com efeito, caso levemos às últimas consequências o raciocínio do mestre francês, vemo-nos obrigados a aceitar que a existência de uma taxa normal de suicídio no interior de uma sociedade decorre da impossibilidade de uma socialização homogênea. Nesse sentido, as deficiências do processo de socialização seriam, ao mesmo tempo, normais e patológicas, argumento que, em si mesmo, soa contraditório.

#### 4. AS SOLUÇÕES OU OS “REMÉDIOS” SOCIOLÓGICOS CONTRA O SUICÍDIO

A última parte de **O Suicídio** é a menor, mas também a mais indicativa do livro quanto à ótica durkheimiana acerca do papel da Sociologia. Durkheim dedica todo o primeiro capítulo à discussão dos resultados precedentes, reforçando o fato de que a taxa de suicídio nada tem a ver com os fenômenos cósmicos ou biológicos. Isso porque o suicídio é um fato social e, por suposto, a taxa de suicídio refere-se a uma propensão coletiva. Aproveita a oportunidade para refutar a teoria de Quételet sobre o “homem médio”, alegando que a regularidade dos dados estatísticos se repete até mesmo em fatos que estão fora da média. Para Durkheim, portanto, é necessário admitir que essa regularidade resulta de uma força ou um grupo de forças coletivas. Essa força só pode advir de uma realidade *sui generis*, ou seja, exterior e superior ao indivíduo: a sociedade. Assim, Durkheim rechaça a tese segundo a qual o indivíduo é a pedra angular de toda a realidade social, Isso porque os fatos sociais, embora tendo como substrato o agregado formado pelas consciências individuais reunidas, transbordam cada uma dessas consciências tomadas isoladamente. O suicídio, por sua vez, é um fato social que, na qualidade de força coletiva, transcende e se impõe aos indivíduos.

No segundo capítulo, Durkheim procura verificar as relações do suicídio com outros fenômenos sociais, sobretudo com os fatos morais e imorais. Para tanto, retoma historicamente as disposições jurídicas ou morais nas diferentes sociedades relativamente ao suicídio, enfatizando a contínua reprovação da qual ele é objeto. A seguir, demonstra que esta reprovação se fundamenta mais do que nunca na constituição normal das sociedades modernas. Desse ponto adiante, procura desconstruir algumas interpretações concorrentes, tais como a que relaciona o suicídio à imoralidade e, sobremaneira, a que reduz suicídio e homicídio a um mesmo estado orgânico-psíquico. A partir do cruzamento de dados relativos ao sexo, idade e temperatura e o número absoluto de suicídios e homicídios, Durkheim demonstra que estes fenômenos são de natureza diversa, visto que os fatores supracitados não agem da mesma forma sobre eles.

Quanto ao terceiro capítulo, sem dúvida o mais importante dessa parte do livro, Durkheim passa em revista uma série de meios com vistas a diminuir ou, pelo menos, estacionar o número de mortes voluntárias. Inicia-o alertando para o fato de que a solução do problema prático varia conforme se atribua à situação atual do suicídio um caráter normal ou anormal. Se por um lado o autor admite que a existência de uma taxa moderada de suicídios nada tem de mórbido, por outro acredita que a taxa atual entre os povos europeus constitui um forte indício de um estado patológico (BESNARD, 1993).

O primeiro olhar do autor dirige-se às medidas repressivas, que, em sua interpretação, tem uma eficácia restrita em relação à contenção ou diminuição do número de mortes voluntárias. A seguir, analisa o papel da educação enquanto instrumento reformador do estado moral da sociedade. Contudo, também nesse caso, Durkheim aponta algumas limitações. Fica claro, porém, que a preocupação do mestre francês se concentra em dois tipos de suicídios específicos: o suicídio egoísta e o suicídio anômico – típicos suicídios das sociedades modernas – já que o suicídio altruísta e o suicídio fatalista são mais comuns nas sociedades tradicionais.

Procurando, pois, soluções práticas para o problema do suicídio, Durkheim ainda analisa o papel da sociedade política (que por sua organização considera muito distante dos indivíduos), das comunidades religiosas (que socializam retirando-lhes a liberdade de pensar) e da família (que geralmente se reduz ao par conjugal) (BESNARD, 1993).

Por fim, devido à premência da divisão do trabalho no mundo moderno, Durkheim elege a agremiação profissional como o único meio capaz de preencher essa função, uma vez que ela constitui um espaço moral com força suficiente para intermediar as relações entre o

Estado e os indivíduos<sup>12</sup>, bem como para limitar os desejos incontidos desses últimos. Isso porque ele acredita que as corporações profissionais, precipitadamente abolidas durante a Revolução Francesa, dispõem de uma força integrativa ausente em instituições como o Estado, a religião e a família no contexto da solidariedade orgânica. Por isso defende a recriação desses órgãos intermediários em moldes modernos, pois dada sua adaptação à diversidade ocupacional inerente à vida econômica moderna, esses grupos intermediários atuam, por meio de sua força reguladora, no sentido de orientar padrões e empregados para fins coletivos, contribuindo para organizar a repartição da riqueza e, assim, legitimar a hierarquia social gestada ao longo do século XIX. Na medida em que reconhece as patologias geradas pela intensificação da divisão do trabalho – desigualdade de chances de acesso ou mau ajustamento a certas funções, injusta remuneração pelos serviços prestados, aviltamento do homem em face de um trabalho repetitivo e destituído de significado, etc. –, Durkheim aposta as suas fichas na organização e no disciplinamento moral no interior da atividade econômica (BESNARD, 1993). Outrossim, o autor acredita que essas corporações profissionais poderiam funcionar como uma espécie contrapeso em relação à força do Estado, contribuindo para gerar um equilíbrio entre as esferas política e social e, por suposto, entre os interesses coletivos – representados pelo Estado – e os interesses individuais.

## 5. A ATUALIDADE E OS LIMITES DE *O SUICÍDIO*

O modo como Durkheim articulou os dados extraídos das estatísticas disponíveis à época e a análise criteriosa que, a partir desses dados, empreendeu sobre o referido fenômeno, fez com que **O Suicídio** alcançasse enorme repercussão nos meios intelectuais do século XIX. Porém, a importância desta obra não se restringiu ao período de sua publicação. Muitos estudos posteriores sobre o tema do suicídio basearam-se nas conclusões de Durkheim. Para discutir os impactos dessa obra no campo propriamente sociológico, selecionamos alguns autores que, em nossa visão, foram mais receptivos às ideias de Durkheim. Afinal, como assevera Establet (2009), nenhuma outra obra durkheimiana foi tão prolífera quanto **O Suicídio**. Na ótica deste importante intérprete, se **A Ética Protestante e o Espírito do**

---

<sup>12</sup> Durkheim não necessariamente opõe Estado e indivíduo. Pelo contrário, entende que o individualismo avança à medida que o Estado avança. Entretanto, por ter se tornado uma engrenagem pesada demais, o Estado pode tanto sufocar o indivíduo quanto se deixar permear por interesses particulares. Durkheim chama esse processo de “monstruosidade sociológica”. Na terceira e última parte de *O Suicídio*, o sociólogo dedica-se ao assunto de modo bastante genérico. Posteriormente, no prefácio escrito por ocasião da segunda edição de sua tese doutoral, *Da Divisão do Trabalho Social*, retoma o tema em detalhes e elucida o real papel dos órgãos secundários, entre estes das corporações profissionais, na intermediação desta complexa relação.

**Capitalismo**, de Max Weber, despertou entre os especialistas o interesse metodológico pelos tipos ideais e pelo tratamento dos dados qualitativos; se **O Capital**, obra máxima de Karl Marx, serviu para a justificação da revolução social e política nos meios mais politizados; **O Suicídio**, de Durkheim suscitou inúmeras atualizações, à medida que as conclusões a que chegou no livro continuaram a permear o imaginário dos sociólogos, que, incomodados pelos dados apresentados nessa obra, viram-se imputados a confrontá-los com suas respectivas realidades sociais.

A esse respeito, talvez não seja demais citar alguns autores de língua inglesa, em especial Talcott Parsons (1937/2010) e Elton Mayo (1939), que consagraram uma exposição minuciosa aos resultados obtidos por Durkheim e contribuíram para a difusão de **O Suicídio** no universo acadêmico anglo-saxão. Porém, entre as tentativas de analisar a validade das conclusões durkheimianas, dois trabalhos em língua francesa merecem destaque: **As causas do suicídio**, de Maurice Halbwachs (1930/2002), e **Durkheim et le Suicide**, de Christian Baudelot e Roger Establet (1984). Em comum, ambos guardam a origem: trata-se de duas produções francesas, circunscritas ao século XX. Todavia, também comportam diferenças: além de terem sido produzidas em diferentes momentos, a primeira é fruto de um dos mais proeminentes discípulos da escola sociológica durkheimiana, ao passo que a segunda é conduzida por dois autores vinculados à tradição marxista. Analisemos, pois, o resultado desses esforços.

Em sua pesquisa, Halbwachs procura manter-se fiel à metodologia durkheimiana. Para tanto, empreende um estudo estatístico das variações concomitantes, aprimorado, porém, por um cuidado de testar as correlações, e sempre com um extremo zelo no estudo das dispersões. Ele prolonga as séries pesquisadas por Durkheim, compreendidas entre 1840 e 1891, por séries francesas (1827 a 1920), por séries alemãs (1849 a 1913), por dados ingleses (1860 a 1926) e por séries italianas (1864 a 1914). Ademais, inclui estatísticas americanas (1913 a 1926) e soviéticas (1922 a 1924), o que lhe permitiu, no primeiro caso, analisar os reais efeitos do alcoolismo sobre o suicídio (visto que os dados estatísticos estadunidenses remetem ao período relativo à Lei Seca), confirmar a relação entre depressão econômica e suicídio e, no segundo caso, corroborar com as proposições de Durkheim sobre o efeito protetor da família. Todavia, Halbwachs não corrobora a hipótese durkheimiana segundo a qual as taxas de suicídio tendem a se elevar também em períodos de repentina prosperidade econômica. Desta feita, arremata o autor, o número de mortes voluntárias só aumenta em períodos de grande depressão. Naturalmente, dispondo de séries temporais mais longas, e contando com

novos recursos estatísticos, Halbwachs é levado a retificar o diagnóstico de Durkheim: na média a taxa suicídio aumentou, mas, de um país para outro, as diferenças diminuíram. Em outros termos, a alta arrefece em países em que a taxa de suicídios era inicialmente mais alta. Além disso, a diferença entre as taxas metropolitanas e regionais, verificada por Durkheim, diminui sensivelmente na maioria dos países. Em suma, a modesta atualização efetuada por Halbwachs permite-lhe propor uma nova teoria das sociedades modernas, calcadas em uma civilização urbana e contendo muitos riscos de desespero aos quais os indivíduos acabam por se acostumar aos poucos. São, portanto, os valores que orientam o comportamento dos indivíduos, mais que a consistência dos corpos sociais sugerida pela teoria da integração.

Quanto ao trabalho de Baudelot e Establet, vemos um esforço para submeter os resultados obtidos por Durkheim um século antes a verificações empíricas cuidadosas. Vinculados ao marxismo, ambos os autores procuram estabelecer critérios de avaliação precisos, levando em consideração as desigualdades de renda e de patrimônio entre os diversos países analisados e a extensão planetária da avaliação da saúde, o que lhes permite elaborar um instrumental estatístico voltado a hipóteses extraídas dos conceitos de classes sociais, forças produtivas, exploração do trabalho e relações de produção.

A investigação, tal como foi conduzida, permitiu-lhes evidenciar alguns fenômenos significativos: (1) se, por um lado, a introdução do modo de produção capitalista se caracterizou por uma forte elevação do nível de suicídios, como atestam as estatísticas utilizadas por Durkheim no século XIX e, também, as estatísticas mais recentes de países como China, Turquia e Índia; por outro, o nível de suicídios, após “a decolagem econômica desses países”, tende a diminuir; (2) a evolução das taxas combina-se com uma transformação do regime de suicídios, visto que o estabelecimento de um mundo impessoal e pacificado tende a diminuir o número de suicídios entre as classes sociais mais abastadas, ao passo que, entre as classes sociais mais pauperizadas, esse número aumenta. Mesmo nos países mais ricos, onde os níveis de suicídio são historicamente mais elevados, o maior número de vítimas está entre a faixa mais pobre da população. Outro dado importante: (3) se na época de Durkheim os homens suicidavam mais do que as mulheres, na época desta pesquisa, excetuando a China, verifica-se uma inversão. O fato de a mulher ter ganhado espaço no mundo da produção e do trabalho, mas, paralelamente, manter um maior investimento nas relações familiares quando comparada ao homem, o que duplicou suas tarefas, talvez explique essa reviravolta.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de **O Suicídio** para a teoria sociológica reside menos em seus acertos e mais no modo como Durkheim articulou os dados estatísticos acerca de um fenômeno tão específico, extraindo-lhes informações mais ou menos seguras para explicar a variabilidade e regularidade das taxas de suicídio em determinados países europeus. Se uma parte das conclusões a que Durkheim chegou está circunscrita à sua época, não mais servindo para explicar as taxas de suicídio relativas ao mundo contemporâneo, isso não significa que o autor tenha fracassado. Pelo contrário: exatamente por seu caráter social, o suicídio se modifica tanto no tempo quanto no espaço. Nesse sentido, as taxas de suicídio nas sociedades atuais só podem ser devidamente compreendidas caso se considere as novas forças coletivas emergentes, os novos arranjos sociais e os novos papéis encarnados pelos atores sociais. Assim sendo, longe de ser um fenômeno engessado, o suicídio está em conformidade com a própria natureza das sociedades. Cabe, pois, ao especialista atentar às mudanças sociais, pois elas certamente incidem sobre a distribuição do suicídio.

Mas, subjacente à definição de suicídio e à tipologia apresentadas por Durkheim em **O Suicídio**, é possível apontar uma segunda contribuição: sua teoria da socialização. Isso porque, ao analisar o fenômeno do suicídio a partir das noções de integração e regulação, Durkheim abre o caminho para uma compreensão mais aprofundada acerca desse processo. Nenhuma sociedade pode dispensar, sob o risco de desaparecer, um conjunto de leis, normas, preceitos, valores e tradições que se impõe, mais ou menos coercitivamente, ao indivíduo, ajudando a plasmar sua visão de mundo e, até mesmo, a determinar o seu lugar no meio social. Nesse sentido, o tipo (ou tipos) de suicídio predominante em um dado período e em uma dada sociedade reflete, em termos isomórficos, a força ou a fragilidade desse processo. Dito de outro modo, se a socialização integra ou regula em excesso o indivíduo, anulando-o, tem-se um tipo (ou tipos) de suicídio, ao passo que se a sociedade deixa de integrar ou regular o indivíduo em relação à vida coletiva, deixando-lhe completamente solto ou isolado, tem-se outro tipo (ou tipos) de suicídio. No que tange à sociedade moderna, em que o indivíduo constitui o centro da moralidade, o predomínio dos suicídios egoísta e anômico, decorrentes de um processo de socialização demasiadamente frágil, demarcam um quadro social patológico.

Por último, podemos ainda apontar uma terceira contribuição concernente à função estratégica da ciência social. É que, nesta obra, Durkheim reitera com todas as letras uma

preocupação que o acompanha desde sua tese doutoral. Aos olhos do mestre francês, a Sociologia ia muito além de seu contributo teórico. Em outras palavras, ao compreender as causas e a estrutura dos fenômenos sociais, a Sociologia também oferece à classe política a oportunidade de engendrar soluções práticas para superar ou minimizar os problemas sociais analisados. No caso específico das altas taxas de suicídio no interior das sociedades complexas, fenômeno que, por sua generalidade, é considerado “normal”, Durkheim enfatiza que a recriação das corporações profissionais, afoitamente descartadas no contexto do século XVIII, pode ser útil no sentido de reconstruir os laços morais e, assim, superar tanto o estado egoístico quanto o estado anômico que acometem as sociedades modernas.

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BESNARD, Philippe. **L'anomie, ses usages et ses fonctions dans la discipline sociologique depuis Durkheim**. Paris: PUF, 1987.
- BESNARD, Philippe. “Le pathologies des sociétés modernes” In: BESNARD, Philippe; BORLANDI, Massimo; VOGT, Paul (Orgs.). **Division du travail et lein social: la thèse de Durkheim un siècle après**. Paris: PUF, 1993.
- BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. **Durkheim et le suicide**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- CARDIM, Carlos Henrique. Le suicide, ou a possibilidade da sociologia. In: DURKHEIM, Émile. **Suicídio** (1897). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. Suicide et natalité, étude de statistique morale. In: **Revue Philosophique**. n. 26. Paris, 1888, p. 446 – 46. Disponível em: < [classiques.uqac.ca](http://classiques.uqac.ca)>. Acesso em 10 out. 2016.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. (1897). Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1973.
- DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. (1898) In: **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico** (1895). São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social** (1893). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ESTABLET, Roger. A atualidade de O Suicídio. In: MASSELLA, Alexandre [et al]. **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **As ideias de Durkheim**. São Paulo: Cutrix, 1986.
- GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

GIROLA, Lidia. **Anomia e individualism**: Del diagnóstico de la modernidad de Durkheim al pensamiento contemporáneo. Barcelona: Anthropos, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **Les causes du suicide** (1930). Paris: PUF, 2002.

LACROIX, Bernard. **Durkheim y lo político**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

LUKES, Steven. **Émile Durkheim su vida y su obra**: estudio histórico-crítico. Madrid: Espanha: Siglo XXI de Espana, 1984.

TIMASHEFF, Nicholas. **Teoria sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**: Marx, Durkheim e Weber. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2009.

STEINER, Philippe. **A Sociologia de Durkheim**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Introdução à Sociologia**: Marx, Durkheim e Weber, referências fundamentais. São Paulo: Paulus, 2014.